

# ANÁLISE DOS PADRÕES CONCEITUAIS E DAS RELAÇÕES INTRATERMOS DAS VARIANTES TERMINOLÓGICAS DA ECONOMIA

## ANALYSIS OF CONCEPTUAL PATTERNS AND INTRATERM RELATIONSHIPS OF TERMINOLOGICAL VARIANTS IN ECONOMICS

Lucimara Alves da Conceição Costa\*

### RESUMO

A variação terminológica denominativa, ou seja, a utilização de denominações diferentes para designar um mesmo conceito ou nuances de uma mesma realidade, é, muitas vezes, considerada como um mero recurso estilístico ou estratégia de progressão textual. Entretanto, ela apresenta, não raro, distintos padrões conceituais e relações intratermos, o que faz com que nem sempre a consideremos como unidades semanticamente equivalentes. Desse modo, muito mais que um mecanismo de progressão textual, as variantes atuam como recurso discursivo e cognitivo para destacar as diferentes nuances conceituais das unidades terminológicas. Neste sentido, no presente artigo, embasadas nos pressupostos das correntes modernas da Terminologia, em especial na Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999, 2005) e na classificação dos padrões de especificação conceitual de Kageura (2002), objetivamos analisar os padrões conceituais e as relações intratermos presentes nas variantes terminológicas da Economia. Por meio dessa análise, temos como intuito evidenciar quais são as informações conceituais destacadas nessas unidades terminológicas e de que forma elas podem influenciar na compreensão e na construção do conhecimento especializado. **Palavras-chave:** variação terminológica, padrões de especificação conceitual, relações intratermos, economia.

### ABSTRACT

Denominative variation in terminology, that is, the use of different names to designate the same concept or nuances of the same conceptual reality, is often considered as a mere stylistic resource or a strategy of thematic progression. It can present, however, distinct conceptual patterns and distinct intra-term relations, which means that the units are not always semantically equivalent. Thus, much more than a thematic progression mechanism, variants act as a discursive and cognitive resource to highlight different conceptual nuances of terminological units. In this sense, in this article, based on the assumptions of modern trends in Terminology, in particular on the Communicative Theory of Terminology (CABRÉ, 1999, 2005) and on the classification of conceptual specification patterns by Kageura (2002), we aim to analyze conceptual patterns and intra-term relations present in terminological variants of Economics. Through this analysis, we intend to show which conceptual information is highlighted in these terminological units and how they can influence the understanding and construction of specialized knowledge.

**Keywords:** terminological variation, conceptual specification patterns, intra-term relations, economics.

### INTRODUÇÃO

A internacionalização da ciência, bem como a preocupação com a criação de regras de sistematização dos termos de uma determinada disciplina ou área de especialidade, são alguns dos principais fatores que ocasionaram o surgimento da Terminologia.

Em sua origem, a teoria precursora da Terminologia - Teoria Geral da Terminologia (TGT) –, sistematizada por Wüster, tinha por objetivo a standardização da linguagem especializada, considerando os termos como unidades estáticas e dissociadas de seu contexto de produção e comunicação.

À medida que a Terminologia ampliou seu campo de estudo para outros cenários além da comunicação técnico-científica internacional, tornou-se claro que, da forma como foi concebida, a teoria wüsteriana ignorava a complexidade inerente ao seu objeto de estudo (o termo), desconsiderando o fato de que as unidades terminológicas estão inseridas em um contexto comunicativo e influenciam na construção do conhecimento especializado. Nesse processo comunicativo interferem fatores cognitivos, sociais e culturais, o que impossibilita que essa standardização seja sempre possível.

Como ressalta Cabré (1999, 2005), o fato de não conseguir explicar os termos em sua complexidade conceitual, estrutural, funcional, assim como o uso do termo em funções comunicativas, é um dos problemas da TGT. Ao desconsiderar a importância e a influência do falante na comunicação especializada, ignorou-se o fato de que, motivado por essa constante interação entre língua e falante, o léxico está sempre em mutação, ocasionando,

\* Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. lucimara@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8481-6829>

Este trabalho é parte da pesquisa de Pós-Doutorado intitulada "As várias faces da Economia: um estudo contrastivo da variação denominativa entre Brasil e Espanha", em desenvolvimento na Universidade de São Paulo e financiada pela FAPESP, processo: 2019/11136-7.

consequentemente, a variação lexical e terminológica, seja ela no plano da forma (denominação) ou do conceito, o que classificamos como variação denominativa ou conceitual.

Seguindo um viés descritivo, as teorias modernas da Terminologia, como a Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999, 2005), a Teoria Sociocognitiva (TEMMERMAN, 2000) e a Terminologia embasada em marcos (FABER ET AL., 2006, 2012), por exemplo, reconhecem que a variação é uma propriedade inerente ao termo como uma unidade poliédrica, com comportamentos e funções específicos que obedecem aos parâmetros próprios da comunicação especializada, como aponta Freixa (2005). Dessa forma, a variação terminológica, seja denominativa ou conceitual, pode manifestar-se em qualquer área de especialidade, inclusive na Economia.

Assim, embasadas nos pressupostos de teorias cognitivas, em especial na Teoria comunicativa de Terminologia (CABRÉ, 1999, 2005) e nos valendo da classificação dos padrões de especificação conceitual e relações intratermos de Kageura (2002), neste trabalho, temos como objetivo descrever as informações e nuances conceituais que se evidenciam na terminologia da Economia, por meio da análise dos padrões de especificação e relações intratermos entre o termo principal e suas variantes denominativas. A análise dessas informações nos permite compreender de que forma essas relações podem influenciar na compreensão e construção do conceito e conhecimento especializado.

Para melhor compreensão da proposta, o artigo está organizado da seguinte forma: após a introdução, na primeira parte, apresentamos a fundamentação teórica a respeito da variação terminológica, com destaque para a variação terminológica na área da Economia. Na segunda seção, apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa, seguida das análises dos dados e dos resultados. Por fim, passamos as considerações finais e as referências utilizadas.

## 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento da pesquisa, embasamo-nos no arcabouço da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), de Cabré (1999, 2005) e, em especial, nos pressupostos a respeito da variação terminológica (CABRÉ, 1999, 2008, FREIXA, 2002, 2005, FERNÁNDEZ-SILVA ET AL., 2011, COSTA e FERNÁNDEZ-SILVA, 2018) e, para a análise cognitiva das variantes e estabelecimento dos padrões conceituais e relações intratermos, adotamos a classificação proposta por Kageura (2002), conforme explicitaremos mais adiante.

### 1.1. A variação terminológica denominativa com base em uma perspectiva cognitiva

Muitos têm sido os estudos voltados para a variação terminológica desenvolvidos nos últimos anos. Considerando uma perspectiva descritiva, os trabalhos têm abordado esse fenômeno partindo do plano linguístico, sociocomunicativo e cognitivo da unidade terminológica.

No plano cognitivo, a variação se vincula aos processos dinâmicos de categorização e estruturação do conhecimento especializado, isto é, os estudos variacionistas referem-se à construção e ativação de determinados traços conceituais de uma unidade terminológica em virtude da situação comunicativa e das exigências impostas por ela.

As propostas teóricas de cunho cognitivo e comunicativo, como a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TEMMERMAN, 2000), a Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999, 2005) e a Teoria baseada em marcos (FABER ET AL., 2006, 2012) têm integrado modelos semânticos procedentes das ciências cognitivas para fornecer explicações sobre a formação e estruturação dos conceitos especializados, assim como, para descrever as características dos sistemas conceituais e sua denominação.

Nesse sentido, partir desses postulados implica reconhecer que a variação está presente em todas as etapas do processo comunicativo que perpassam desde a percepção da realidade, a formação e estruturação dos conceitos na mente, até sua verbalização em situações distintas de comunicação especializada. Sendo assim, a variação terminológica possui uma motivação cognitiva, mas também é funcional, uma vez que atua como um mecanismo que estimula e interfere no processo de construção do conhecimento especializado nos textos.

Neste trabalho, consideramos, em especial, a Teoria Comunicativa da Terminologia de Maria Teresa Cabré (1999, 2005). De acordo com essa teoria, os termos não devem ser concebidos como unidades dissociadas de seu contexto de produção e comunicação e sim como unidades que ativam um conhecimento ou traço especializado específico, dependendo de seu uso. Assim, por estarem presentes em um contexto maior, como os textos

especializados, e sendo utilizados em situações comunicativas, os termos estão sujeitos às influências de fatores linguísticos, discursivos, cognitivos e sociais e, portanto, são passíveis de sofrer variação.

Embasados nessa teoria, muitos estudos têm explorado a dimensão cognitiva da variação e sua relação com fatores linguísticos e comunicativos. Dentre eles, Freixa (2002), em seu estudo sobre a variação terminológica, estabeleceu uma tipologia de causas da variação na qual distingue as causas dialetais, funcionais, discursivas, interlinguísticas e cognitivas que podem motivar a variação. Essas últimas estão relacionadas à imprecisão conceitual, à vontade de distanciamento ideológico entre autores ou às diferenças na percepção ou compreensão da realidade ou, como aponta a autora, na “abordagem de um mesmo conceito a partir de pontos de vistas diferentes” (FREIXA, 2006, p. 338).

Este é o ponto central defendido no trabalho, ou seja, ainda que tratadas como unidades lexicais sinônimas, as variantes terminológicas podem apresentar diferentes aspectos significativos de um mesmo conceito ou conceitos similares sendo abordados e vistos de maneiras ou pontos de vistas distintos. Esse aspecto já havia sido destacado por Cabré (2002), em seu texto “Teoría de las puertas”, ao apontar que os traços conceituais de uma unidade terminológica podem ser distintos dependendo do ponto de vista em que é observado. Analisando do ponto de vista linguístico, podemos ter um resultado diferente do ponto de vista cognitivo ou de outros pontos de observação, ou seja, a visão sobre o termo e, conseqüentemente, o resultado obtido, depende muito da porta pela qual adentramos.

Posteriormente, Fernández-Silva (2011) desenvolveu uma tipologia de fatores cognitivos da variação, dentre os quais se distinguem fatores sistêmicos — relacionados com a flexibilidade dos conceitos e a multidimensionalidade dos sistemas conceituais — e fatores contextuais, relacionados com as diferenças de conceitualização entre grupos de usuários, em um mesmo usuário em distintas situações ou no interior de um mesmo texto.

Partindo desta perspectiva, a variação denominativa não somente tem uma motivação cognitiva, mas também desempenha uma função cognitiva, posto que a utilização de diferentes denominações para um mesmo conceito permite evidenciar diferentes aspectos de seu conteúdo e, desse modo, construir uma representação enriquecida desse conceito. Sendo assim, a variação intratextual (variação dentro de um mesmo texto) não apenas tem uma função estilística, mas também reflete a forma como o emissor constrói o conhecimento por meios linguísticos e como este se serve desse mecanismo cognitivo para explicar os conceitos ao longo do texto (FERNÁNDEZ-SILVA, 2016).

Considerando o exposto, concebemos as variantes como mecanismos que ativam traços conceituais específicos em uma determinada situação e, por conseguinte, podem facilitar e propiciar a aquisição de conhecimentos diversos, a distintos públicos, com diferentes realidades e necessidades comunicativas também distintas. No caso da Economia, as variantes podem, entre outras coisas, funcionar como um mecanismo capaz de aproximar e tornar acessível o conhecimento específico desse âmbito a um público não especialista, mas que mantém contato com essa terminologia em situações cotidianas, como fazer compras em um supermercado, calcular as taxas de câmbio para viajar nas férias ou mesmo, assistir ao noticiário na TV.

## 1.2. A variação terminológica na economia

Conforme aponta Cabré (2005), a variação, por ser uma característica inerente à unidade terminológica em situações de comunicação especializada, pode manifestar-se em qualquer área de especialidade, inclusive na Economia, uma vez que, como ressalta Alves (2016):

A Economia é uma ciência muito presente na vida cotidiana dos cidadãos e, por essa razão, está representada não apenas nos cadernos de Economia específicos dos grandes jornais, mas também em todas as seções (Política, Esportes, Ciência, Cotidiano...) [...]. Como consequência, não raro, encontramos definições de termos dessa ciência, que procuram explicitar o conceito de um termo para leitores não especializados (ALVES, 2016, p. 48).

Como exemplos dessas unidades terminológicas, a autora apresenta os termos *flippagem* e *home broker*, referindo-se, no primeiro caso, a “um jargão de mercado que, basicamente, se refere a uma operação onde o trader faz uma reserva em determinado IPO, mas não mantém o ativo na carteira por muito tempo” (MODALMAIS, 2021) e, no segundo caso, ao “sistema de negociação via internet que permite efetuar operações instantaneamente” (ALVES, 2016, p. 49).

---

1. Original: “abordaje de un mismo concepto desde puntos de vista diferentes”

Na oferta de ações do Santander, os correntistas do banco foram beneficiados com direito de preferência no caso de rateio dos papéis. O que alguns clientes não sabem é que terão de se submeter a uma restrição operacional, capaz de inviabilizar eventual *flippagem*, a gíria dos pequenos investidores para a operação que consiste em entrar na oferta, embolsar um ganho rápido e vender os papéis em seguida. Esses clientes terão de efetuar suas vendas e compras por telefone na mesa de operações das corretoras de Real ou Santander, o que pode demorar algum tempo. Ou seja, não terão acesso à comodidade do *home broker*, o sistema de negociação via internet que permite efetuar operações instantaneamente. No segundo dia, porém, a ação estará no *home broker*, que funcionará normalmente. <FSP\_02/10/2009\_MER\_TONI SCIARRETTA > (ALVES, 2016, p 49)

Analisando as denominações destacadas no exemplo anterior, constata-se que, embora os enunciados definitórios<sup>2</sup> que seguem as unidades terminológicas tenham facilitado a compreensão do conceito por parte de leitores leigos, não acostumados com a terminologia da Economia, muitas informações só podem ser apreendidas por meio de uma análise mais atenta dessas denominações. Essa análise nos permite explicar e evidenciar, quase sempre, a motivação cognitiva, ou seja, a intenção do emissor/autor ao escolher tal unidade em detrimento de outra e, ao mesmo tempo, reforçar as informações conceituais explicitadas em cada uma das denominações utilizadas.

Consideremos, por exemplo, o termo *flippagem* (flipagem), que provém do verbo inglês *to flip*, que pode ser traduzido como sacudir, agitar e que em português passou a ser utilizado, de forma coloquial, como “estar muito entusiasmado”, “enlouquecer”, “pirar com algo” – Estou flipando com tudo isso! – + o sufixo *-agem*, que exprime a ideia de ação ou resultado de ação (HOUAISS E VILLAR, 2009). Logo, deu-se origem ao termo *flippagem*, ou seja, essa prática alucinante utilizada na bolsa de valores, de comprar, ganhar algo e já vender rapidamente.

Além desses termos, que de certa forma são poucos conhecidos e por esse motivo podem causar estranheza, outras unidades terminológicas da Economia são muito comuns e bastantes recorrentes no nosso cotidiano, mas, ainda assim, seus conceitos não são muito conhecidos pelo público geral, tais como: lavagem de dinheiro, deflação, alavancagem ou mesmo quando se fala, quase que diariamente, na televisão, sobre o PIB (Produto Interno Bruto) do país.

O produto interno bruto (PIB) mede o valor de toda a produção final que ocorre em um país durante o período de um ano. O PIB também é uma medida dos gastos anuais com a nova produção interna e uma medida do rendimento obtido com a produção interna. O PIB é a medida de toda a produção nova feita em um país durante o ano (MILL, 2017, p. 146).

Na terminologia da Economia, em especial e mais facilmente identificada nos textos escritos, também é muito recorrente a utilização de denominações distintas para expressar um mesmo conceito ou conceito similares, isto é, as variantes denominativas. Geralmente, essas variantes são utilizadas como unidades sinonímicas, embora, em muitos casos, reflitam informações distintas do conteúdo conceitual, quando analisadas cognitivamente, levando em conta o contexto e a situação comunicativa ou mesmo analisando as relações intratermos veiculadas na própria unidade terminológica, como apresentamos neste estudo.

## 2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta pesquisa, adotamos uma metodologia quantitativa, uma vez que operamos com um grande número de textos e uma quantidade considerável de dados, e também qualitativa, pois analisamos cognitivamente cada um dos dados obtidos.

Como procedimentos metodológicos, a princípio compilamos um *corpus* intitulado *Corpus* terminológico da Economia (CTE), com notícias extraídas do jornal Valor Econômico, em um recorte temporal de 2007 a 2018. Após a compilação do *corpus*, recorreremos ao programa computacional *Wordsmith Tools* para a montagem da *WordList* com os candidatos a termo mais frequentes. Tendo como base a lista final, depois da filtragem e comprovação dos termos, organizamos o mapa conceitual com as variantes da Economia.

Para isso, tendo em mãos a *wordList* com os termos mais frequentes retirados do *corpus*, fizemos uma divisão em categorias organizando cada termo em sua categoria correspondente e, com base nisso, as suas possíveis variantes, como exemplificamos no mapa a seguir.

2. Entende-se por enunciado definitório a paráfrase ou explicação que se apresenta a um termo com o intuito de defini-lo.

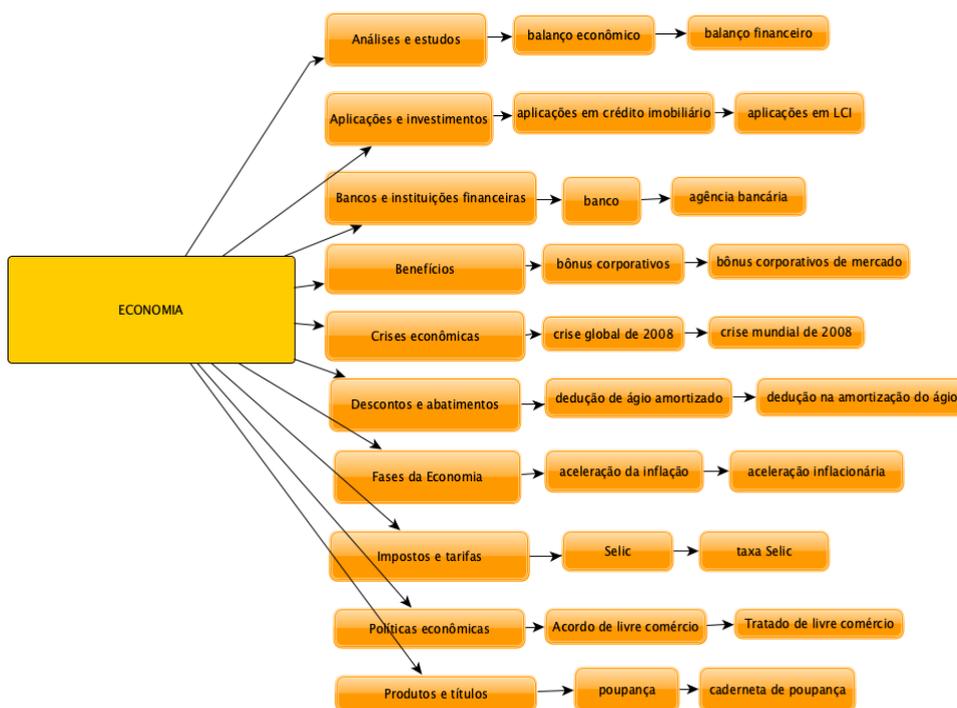


Figura1. Mapa conceitual da Economia

Como se pode ver na figura 1, para a construção do mapa conceitual, especificamos alguns campos ou subcategorias da Economia, tais como: análises e estudos, aplicações e investimentos, bancos e instituições financeiras, benefícios, crises econômicas, descontos e abatimentos, fases da Economia, impostos e tarifas, políticas econômicas e produtos e títulos.

Partindo dessas subcategorias, utilizando a ferramenta *Concord* do programa anteriormente mencionado, direcionamos a busca por variantes analisando os contextos de ocorrência de cada um dos termos presentes nessas subcategorias. Com essa análise obtivemos as unidades terminológicas principais e suas variantes como: *balanço econômico/balanço financeiro, banco/agência bancária, bônus corporativos/bônus corporativos de mercado, crise global de 2008/crise mundial de 2008, dedução de ágio amortizado/dedução na amortização do ágio, aceleração da inflacionária/aceleração da inflação, Selic/taxa Selic, Acordo de livre comércio/Tratado de livre comércio, poupança e caderneta de poupança* etc.

Convém destacar que, para essa seleção consideramos as unidades mais recorrentes e inseridas no contexto das notícias, levando em conta tanto as variantes intratextuais (em um mesmo texto), como em notícias diferentes (variação intertextual). Sendo, assim, para ilustrar o contexto de ocorrência dessas variantes, apresentamos a unidade terminológica *aceleração inflacionária* e sua variante *aceleração da inflação*.

A diminuição das receitas de exportação provocada pela queda dos preços internacionais do café e o financiamento inflacionário do custo da construção de Brasília, jamais contemplado no Plano de Metas - cerca de 3% do PIB-, produziram deterioração da balança de pagamentos, indisciplina fiscal, emissão de moeda e *aceleração inflacionária* (CTE\_ O ajuste que não houve em 1963\_ARNT, 2016).

Nossa expectativa é que o governo continue gerando grandes déficits fiscais, financiados integralmente pela expansão da base monetária, o que continuará alimentando a *aceleração da inflação* conforme a demanda por moeda continue a desabar. Fonte: (CTE\_ Perspectiva para as Américas: recuperação mais difícil\_WERNER, 2018).

Estabelecida a lista de variantes, passamos à análise cognitiva dos padrões conceituais e relações intratermos destas unidades, como apresentamos na próxima seção.

### 3. ANÁLISES E RESULTADOS: PADRÕES CONCEITUAIS E RELAÇÕES INTRATERMOS DAS VARIANTES DA ECONOMIA

Para a análise das informações conceituais das variantes, nos embasamos na classificação dos padrões de especificação conceitual e nas relações intratermos proposta por Kageura (2002). Essa classificação foi utilizada, posteriormente, por Fernández-Silva (2011) ao analisar as variantes do campo da pesca e também por Costa e Fernández-Silva (2018), ao analisarem os padrões de especificação dos termos da Lexicografia. Convém ressaltar que, considerando as especificidades e características de cada domínio, essa classificação pode ser alterada, para que atenda ao propósito da pesquisa, não sendo, portanto, uma taxonomia totalmente rígida. Sendo assim, as adaptações realizadas para analisar os termos da Economia serão detalhadas quando formos discorrer sobre as informações verificadas.

A respeito da classificação apresentada, Kageura (2002), ao analisar a formação de termos das Ciências da Informação (dicionário de documentação), distingue 25 relações intratermos e 20 padrões de especificação conceitual que se agrupam em 6 pontos de vista: ponto de vista da igualdade, ponto de vista funcional, ponto de vista parte/todo, ponto de vista dos atributos internos, ponto de vista relacional/externo e outros.

Tabela 1. Classificação dos padrões conceituais de Kageura

Punto de vista	Patrón de especificación	Relación(es) intratérmino	Exemplos
PDV Igualdad		Yuxtaposición	<i>reader printer</i>
PDV Funcional	Especificación del rol	Rol	<i>sample copy</i>
	Esp. de los elementos complementarios	Objeto afectado	<i>file maintenance</i>
		Producto	<i>index making</i>
		Medio	<i>magnetic tape</i>
		Manera	<i>binary search</i>
	Especificación de la función	Función	<i>editing person</i>
		Función+ esp. de los elementos complementarios	<i>information transmission system</i>
Especificación del uso	Uso	<i>Expression criterion</i>	
Especificación del destino	Destino	<i>Computer program</i>	
PDV Parte/todo	Especificación del todo	Partitiva	<i>vocabulary primitive</i>
	Especificación de los constituyentes	Constituyentes	<i>card catalogue</i>
	Especificación del contenido informativo y representación	Contenido informativo y representación	<i>term list</i>
PDV de los atributos internos	Especificación de atributos formales	Atributos formales	<i>block diagram</i>
	Especificación de manera estática	Manera	<i>Equivalence relation</i>
	Especificación de naturaleza	Naturaleza	<i>natural language</i>
	Especificación del concepto que se atribuye una propiedad	Concepto atribuido	<i>noise ratio</i>
	Especificación de la cantidad	Cantidad	<i>bilingual dictionary</i>
PDV relacional/externo	Especificación de status	Status	<i>basic entry</i>
	Especificación de lugar	Lugar	<i>edge hole</i>
	Especificación de tiempo	Tiempo	<i>pre-coordination</i>
	Especificación de origen	Origen	<i>derived word</i>
	Especificación de alcance	Alcance	<i>universal bibliography</i>
Especificación del agente	Agente	<i>user needs</i>	
OTROS	Especificación de diferenciación	Etiqueta de diferenciación	<i>venn diagram</i>

Fonte: Adaptado de Fernández-Silva, 2011.

Tendo como parâmetro a classificação apresentada, ao analisarmos os termos da Economia, constatamos que algumas dessas características não se aplicam aos nossos dados, assim como achamos necessário estabelecer novas classificações que dessem conta de explicar e refletir com melhor exatidão as especificações próprias da terminologia da Economia<sup>3</sup>.

Tabela 2. Classificação dos padrões conceituais e relações intratermos da terminologia da Economia

Ponto de vista	Padrões de especificação	Relações intratermos	Exemplos
PDV Igualdade		Justaposição	<i>Agência bancária</i> <i>Caderneta de poupança</i> <i>Plano Mestre de Produção</i> <i>Planejamento Mestre de Produção</i>
	Especificação do papel	Papel desempenhado	<i>Colapso econômico/</i> <i>Controle inflacionário/</i> <i>Colapso financeiro/</i> <i>Colapso imobiliário/</i> <i>Crise americana/</i> <i>Crise cambial/</i> <i>Crise econômica/</i> <i>Crise europeia/</i> <i>Crise financeira/</i> <i>Crise grega/</i> <i>Crise imobiliária/</i> <i>Derivativos cambiais/</i> <i>Índice acionário/</i> <i>Mercado cambial/</i> <i>Operações cambiais/</i> <i>Taxa anual/</i> <i>Taxa anualizada/</i> <i>Taxa cambial/</i> <i>Taxa inflacionária</i>
PDV Funciona	Especificação da caracterização do objeto principal	Característica atribuída	<i>Aceleração da inflação/</i> <i>Alavancagem do setor financeiro/</i> <i>Arrecadação de tributos/</i> <i>Colapso da Economia/</i> <i>Colapso do crédito/</i> <i>Colapso do sistema de crédito/</i> <i>Colapso do mercado financeiro/</i> <i>Colapso do sistema financeiro/</i> <i>Colapso do mercado imobiliário/</i> <i>Colapso do setor imobiliário/</i> <i>Controle da inflação/</i> <i>Conversão do câmbio/</i> <i>Compensação de dívidas tributárias/</i> <i>Dedução de ágio amortizado</i> <i>Dedução na amortização de ágio/</i> <i>Depreciação da taxa do câmbio/</i> <i>Desaquecimento da economia/</i> <i>Estagnação da Economia/</i> <i>Flexibilização da política monetária/</i> <i>Flutuação da taxa de câmbio/</i> <i>Retração da Economia</i>
	Especificação dos elementos complementários	Objeto afetado (complementário)	

3. As adaptações realizadas para nossa proposta de classificação serão apresentadas ao analisar os dados da tabela 2.

PDV Funciona	Especificação dos elementos complementários	Produto	<i>Poupança Selic</i>
	Especificação da função	Função	<i>Fundos emergentes</i>
		Função + característica atribuída	<i>Acordo de Livre-Comércio Norte-Americano/ Tratado de Livre Comércio Norte-Americano Organização Mundial de Comércio/ Organização Mundial do Comércio</i>
		Função + característica atribuída + lugar	<i>Acordo de Livre -Comércio da América do Norte/ Tratado de Livre-Comércio da América do Norte</i>
		Característica atribuída + lugar	<i>Crise da dívida na Europa</i>
PDV Parte/ todo	Especificação da natureza	Natureza	<i>Crise de confiança/ Crise de credibilidade/ Crise de hipotecas Índice de ações/ Operações de câmbio Mercado de câmbio Taxa de câmbio</i>
	Especificação do conceito que se atribui a uma propriedade		<i>Aceleração inflacionária/ Alavancagem financeira/ Arrecadação tributária/ Compensação tributária/ Conversão cambial/ Depreciação cambial/ Desaquecimento econômico/ Estagnação econômica/ Flexibilização monetária/ Flutuação cambial/ Retração econômica</i>
PDV relacional/ externo	Especificação do status	Status + especificação da característica atribuída	<i>Taxa básica de juros</i>
	Especificação do lugar	Lugar	<i>Crise nos EUA/ Crise na Economia/ Crise na Grécia/ Crise na Europa/ Desequilíbrio na Economia Banco</i>
		Lugar + elementos complementários	<i>Crise no setor imobiliário/ Crise na zona do euro</i>

PDV relacional/ externo	Especificação da origem	Origem	Crise das finanças/ Crise da Grécia/ Crise da dívida europeia/ Crise do câmbio/ Crise do crédito/ Crise do euro/ Crise da Economia/ Crise de hipotecas/ Fundos de emergentes
	Especificação do alcance	Alcance	Crise global/ Crise mundial/
		Alcance + tempo	Crise global de 2008/ Crise mundial de 2008
PDV relacional/ externo	Especificação da caracterização do objeto principal + alcance	Alcance + tempo Característica + alcance	Crise global de 2008/ Crise mundial de 2008
	Especificação da caracterização do objeto principal + alcance	Característica + alcance	Crise econômica global/ Crise econômica global/ Crise financeira mundial/ Crise financeira mundial
OUTROS	Especificação da diferenciação	Etiqueta de diferenciação Natureza + etiqueta de diferenciação	Taxa Ptax Taxa Selic Curva DI Taxa de câmbio Ptax Curva de juros DI

Kageura (2002), em sua classificação original, considerou que as unidades terminológicas das Ciências da Informação podem ser concebidas ou percebidas de acordo com 6 pontos de vista. Esta relação entre a percepção do conteúdo conceitual e o ponto de vista em que um objeto poder ser percebido já havia sido destacada anteriormente por Cabré (1999, 2002).

De acordo com a autora, ao analisarmos um determinado fato ou objeto, podemos entrar por diferentes portas ou pontos de vista (linguístico, semântico, pragmático, discursivo), são esses pontos de vista que vão determinar quais nuances conceituais serão percebidas e destacadas nesse objeto, o que justifica a variação terminológica, ou seja, diferentes formas de nomear (variação denominativa) ou significar/conceituar (variação conceitual) uma mesma realidade. Assim, se observamos determinado fato/termo do ponto de vista linguístico, por exemplo, podemos evidenciar detalhes e características conceituais desta realidade terminológica que não seriam destacadas se fossem analisadas de acordo com o ponto de vista pragmático, isto é, seu uso e emprego em um determinado contexto.

Dessa forma, quando estabelece uma classificação mais detalhada para esses diferentes pontos de vista sob os quais uma unidade terminológica pode ser concebida, Kageura (2002) enfatiza que, se analisarmos uma realidade terminológica do *ponto de vista da igualdade*, teremos uma relação de justaposição, ou seja, de complementaridade entre os termos de forma que uma unidade sintagmática só teria sentido na justaposição das duas "palavras" que a compõem. Em nosso *corpus*, temos como exemplos dessa relação as unidades sintagmáticas *agência bancária* e *caderneta de poupança*, que só obtém sentido como unidade terminológica do âmbito da Economia quando empregadas juntas, estabelecendo, portanto, um valor de igualdade.

A unidade lexical *caderneta*, sem a locução adjetiva especificadora *de poupança*, poderia ter diferentes significados (caderneta de vacinação, caderneta de anotação), o mesmo ocorre com *agência*, que sem o adjetivo *bancária* poderia ser utilizado como agência de viagens, agência de empregos, comprovando, portanto, que essas lexias precisam coocorrer para que possam ser classificadas como pertencentes à terminologia da Economia.

Ao contrapor as unidades destacadas às suas variantes terminológicas (banco/poupança), constatamos que os padrões de especificação conceitual, assim como as relações intratermos destacam diferentes nuances conceituais.

Como se pode ver na tabela 2, ao passo que os termos principais *agência bancária* e *caderneta de poupança* são concebidos do ponto de vista da igualdade e expressam uma relação de justaposição, como explicamos anteriormente,

suas variantes especificam distintos padrões conceituais e estabelecem, também, diferentes relações: o termo *banco* é concebido do ponto de vista relacional/externo, ou seja, como se relaciona com o contexto, meio externo, uma vez que estabelece uma relação conceitual e intratermo de lugar/instituição. A unidade *poupança*, por sua vez, é concebida de acordo com o ponto de vista funcional, ou seja, a função que desempenha, estabelecendo uma relação de produto.

Convém destacar que, semanticamente, parece-nos óbvio que *agência bancária*, assim como *banco* especificam relação de lugar, mas esse não é o ponto de vista destacado quando analisamos as unidades terminológicas pelo que dizem a própria denominação, como é o caso da classificação apontada por Kageura e na qual nos espelhamos. O mesmo se pode dizer de *caderneta de poupança* e *poupança*.

Por outro lado, alguns termos, claramente, são concebidos do ponto de vista funcional, isto é, quando a unidade terminológica em si destaca o papel funcional de sua utilização. Assim, de acordo com o uso ou função, essas unidades podem ter diferentes padrões de especificação conceitual e estabelecer diferentes relações.

Como exemplo de padrão de especificação funcional e relação intratermo de função, temos a unidade terminológica *fundos emergentes*, que evidencia a função ou objetivo para qual tal recurso é utilizado, ou seja, um fundo de renda que é destinado para necessidades emergenciais. Pode ser considerado como sinônimo de Fundo Social de emergência (FSE), definido por Alves *et al* (2001, p. 123) como um “fundo de caráter provisório, instituído em 1994, formado por recursos oriundos de receitas compulsórias com o objetivo de cobrir gastos sociais emergenciais”.

Entre os emergentes, três dos quatro grandes grupos apresentaram perda de recursos, como os diversificados Mercados Emergentes Globais (GEM, na sigla em inglês). No entanto, o diretor gerente da EPFR Global, Ian Wilson, faz uma ressalva apontando que parte da saída de dinheiro na categoria reflete o pagamento de dividendos feito por um fundo. Não fosse por isso, os *fundos emergentes* registrariam captação positiva (CTE\_ Fundos de ações captam US\$ 8,4 bilhões na terceira semana de dezembro\_CAMPOS, 2008).

Em relação à sua variante denominativa, *fundos de emergentes*, verifica-se que, mesmo que seja definido, ainda, de acordo com o ponto de vista funcional, a relação intratermo destacada é de *origem*, ou seja, é um fundo que provém de empresas emergentes, como se pode comprovar no contexto de uso a seguir:

O Fundo disse ainda que o montante de recursos para o mercado de ações tende a cair, com a redução dos ganhos das companhias de petróleo emergentes exportadoras do produto. “Os fluxos para *fundos de emergentes* já caíram nos últimos seis meses” (CTE\_Emergentes são especialmente vulneráveis à alta do dólar\_LAMUCCI, 2015).

Outra categoria apresentada partindo do ponto de vista funcional é a Especificação do papel e relação intratermo de papel desempenhado, como se pode ver nas unidades *Plano Mestre de Produção* e *Planejamento Mestre de Produção*. Temos, nesse caso, um dos poucos exemplos no nosso *corpus* em que o termo principal e as variantes apresentam um mesmo padrão de especificação conceitual e uma mesma relação intratermo. *Plano Mestre de Produção* e *Planejamento Mestre de Produção* (formas desenvolvidas da sigla MPS, do inglês *Master Production Schedule*), especificam uma relação de papel desempenhado, ou seja, é um documento, um planejamento que orienta quanto à quantidade de material que deverá ser produzido por uma empresa em um determinado período.

A respeito da especificação do padrão conceitual que evidencia a caracterização do objeto principal e relação intratermo de característica atribuída, ao comentarmos sobre essa especificação, convém destacar que ao optarmos por criar uma nova categoria e não utilizar a classificação genérica de elementos complementários como faz Kageura, tivemos por intuito ressaltar um aspecto proeminente e recorrente em nossos dados, que é a atribuição de uma característica ao objeto principal, ação esta comprovada pela alta ocorrência de formações com substantivos seguidos de adjetivos classificadores.

Segundo Borba (1996), os adjetivos podem ser divididos em qualificadores e classificadores. Os adjetivos qualificadores estabelecem uma relação interna com os substantivos, uma vez que apresentam características consideradas essenciais ou acidentais à natureza do substantivo, como se fossem um traço dele. Por outro lado, as relações entre os adjetivos classificadores e os substantivos são externas, apenas os coloca em uma determinada classe. Assim, para o autor, os adjetivos qualificadores podem ser definidos como descritivos e os classificadores são definitórios. Outra diferenciação apontada pelo autor é o fato de que os adjetivos qualificadores possuem um caráter subjetivo, atribuindo ao nome uma qualificação ligada ao julgamento pessoal, ao passo que os classificadores são objetivos, possuindo um conteúdo semântico fechado em si mesmo.

Neste sentido, temos, em nosso *corpus*, 19 unidades terminológicas que especificam essa relação de característica atribuída ao objeto (termo) principal, representadas pelo uso desses adjetivos classificadores: *colapso econômico*, *colapso financeiro*, *colapso imobiliário*, *controle inflacionário*, *crise americana*, *crise cambial*, *crise econômica*, *crise europeia*, *crise financeira*, *crise grega*,

*crise imobiliária, derivativos cambiais, índice acionário, mercado cambial, operações cambiais, taxa anual, taxa anualizada, taxa cambial, taxa inflacionária.*

De acordo com o ponto de vista funcional, evidenciamos esta relação de característica atribuída ao objeto (termo) principal para diferenciar-se da classificação seguinte, que evidencia a *relação de objeto afetado*, na qual o foco está no objeto complementar (secundário).

Em *crise econômica, derivativos cambiais e índice acionário*, por exemplo, os adjetivos reforçam uma classificação dos substantivos *crise, derivativos e índice*, isto é, a *crise é econômica*, os *derivativos são cambiais* e o *índice é acionário*. Já em *aceleração da inflação, arrecadação de tributos, colapso da Economia, colapso do crédito, colapso do sistema de crédito, colapso do mercado financeiro, colapso do sistema financeiro, alavancagem do setor financeiro, colapso do mercado imobiliário, colapso do setor imobiliário, controle da inflação, conversão do câmbio, depreciação da taxa do câmbio, estagnação da Economia, flexibilização da política monetária, flutuação da taxa de câmbio e retração da Economia* há um destaque nos elementos complementários e não no termo principal como no caso anterior. Isto é, foi a *inflação que acelerou*, os *tributos que foram arrecadados*, a *Economia que colapsou*, o *câmbio que foi convertido* etc.

Quanto à comparação dessas unidades terminológicas com suas variantes, constatamos que evidenciam relações distintas entre si. Para comprovar essa afirmação tomamos como exemplos as seguintes unidades:

Tabela 3. padrões conceituais e relações intratermos I

Controle inflacionário	PDV Funcional	Especificação da caracterização do objeto principal/ Relação intratermo de característica atribuída
Controle da inflação	PDV Funcional	Especificação dos elementos complementários/ Relação intratermo de objeto afetado
Crise grega	PDV Funcional	Especificação da caracterização do objeto principal/ Relação intratermo de característica atribuída
Crise na Grécia	PDV relacional/externo	Especificação de lugar/relação intratermo de lugar
Índice acionário	PDV Funcional	Especificação da caracterização do objeto principal/ Relação intratermo de característica atribuída
Índice de ações	PDV dos atributos internos	Especificação da natureza/relação intratermo de natureza

Analisando as duplas de unidades terminológicas da tabela acima (termo principal e sua respectiva variante terminológica), verifica-se que, embora sejam definidas (vistas) de acordo com o ponto de vista funcional, as variantes evidenciam relações intratermos distintas, enquanto *controle inflacionário* destaca a característica atribuída ao objeto principal, *controle da inflação* ressalta os elementos complementários, como já apontamos. Por outro lado, em *crise grega* e *crise na Grécia*, temos, na primeira unidade terminológica, uma especificação e relação de característica atribuída, encaixando-se, portanto, no ponto de vista funcional, enquanto na segunda unidade (*crise na Grécia*), especifica-se a relação de lugar, sendo concebida do ponto de vista relacional/externo, ou seja, a relação destacada é a do lugar em que ocorre a crise (Grécia) e não uma caracterização/classificação para esse objeto.

Uma diferenciação de relações também pode ser observada na terceira dupla de variantes. Em *índice acionário*, a exemplo de *controle inflacionário* e *crise grega*, esta unidade também é concebida do ponto de vista funcional e evidenciam o mesmo tipo de padrão de especificação conceitual e relação intratermo. Já a sua variante *índice de ações* é concebida do ponto de vista dos atributos internos, especificando a natureza dos elementos que compõem o objeto principal, ou seja, o índice é composto por ações.

Ainda sob o ponto de vista funcional, temos algumas unidades que estabelecem relações intratermos distintas, ainda que destaquem um mesmo tipo de padrão conceitual – a especificação da função –. Assim, em *Acordo de Livre-Comércio Norte-Americano, Tratado de Livre Comércio Norte-Americano, Organização Mundial de Comércio e Organização Mundial do Comércio* temos uma relação intratermo de função + característica atribuída, isto é, uma associação que se caracteriza por estabelecer-se entre países da América do Norte e cuja função é facilitar as transações comerciais entre esses países e, uma organização que é mundial e cuja função é facilitar a liberalização do comércio internacional.

*Acordo de Livre-Comércio Norte-Americano (NASA): Associação econômica estabelecida entre Estados Unidos, Canadá e México, que objetiva facilitar e aumentar as transações comerciais entre esses países por meio da eliminação progressiva das tarifas aduaneiras” (ALVES, 2001, p. 23).*

A *Organização Mundial do Comércio (OMC)* – em inglês: *WTO (World Trade Organization)* – é um mecanismo internacional fundado em 1995 em substituição ao antigo GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que havia sido criado em 1947. O principal objetivo da OMC

é promover a liberalização do comércio mundial, diminuindo ou extinguindo as barreiras comerciais e alfandegárias para facilitar as trocas econômicas em âmbito internacional. Os acordos envolvem o comércio de mercadorias, serviços e propriedades intelectuais (MUNDO EDUCAÇÃO ONLINE).

Uma relação semelhante se estabelece nas exemplificações anteriores, porém, em *Acordo de Livre-Comércio da América do Norte e Tratado de livre-comércio da América do Norte*, além da função e da característica atribuída, evidencia-se a relação de lugar – é um acordo/tratado da América do Norte. Temos, nesse caso, a relação intratermo de função + característica atribuída + lugar.

O terceiro ponto de vista apresentado na classificação de Kageura (2002) é o de parte/todo, no qual se evidenciam as relações que se estabelecem entre o todo (conceito mais amplo) e suas partes, podendo ser de três tipos: partitiva, constituintes e conteúdo informativo e representação. Em nossos dados encontramos apenas a relação e especificação dos constituintes que formam o todo representado pela unidade terminológica *Bolsa de Mercadorias e Futuros*, isto é, a bolsa de valores que realiza tipos de negociações tendo em vista as *commodities* de mercadorias como gado, café e soja e, também, a que visa essas negociações baseadas em previsões de preços futuros:

Bolsa de valores que tem sua sede em São Paulo e que realiza dois tipos de negociações: as negociações realizadas à vista com *commodities* como gado, café, soja, e b) os negócios futuros que se baseiam que se baseiam em previsões dos preços no futuro (dias, semanas ou meses). Essas previsões sobre o comportamento do futuro das cotações cambiais (cotação do dólar por exemplo), do Índice Bovespa, do boi gordo, são transformadas em contratos cujo objetivo fundamental é a proteção para os distintos operadores contra flutuações dos preços das *commodities* e da taxa cambial (SANDRONI, 2008, p. 92).

Por sua vez, o ponto de vista dos atributos internos, como o próprio nome já diz, destaca as características intrínsecas ou elementos internos que se relacionam ao termo, tais como a especificação da natureza, que pode ser entendido como o tipo de elemento que caracteriza e diferencia a unidade nomeada, e a especificação do conceito que se atribui a uma propriedade, ou seja, evidencia-se não o termo, mas sim a propriedade atribuída a esse termo, entendida como uma faculdade ou atributo especial.

Como exemplos de termos que especificam o padrão conceitual e relação intratermos de natureza podemos destacar *mercado de câmbio*, *taxa de câmbio*, *taxa de inflação*, *crise de confiança*, *crise de crédito*, *crise de credibilidade*, *crise de hipotecas*, *índice de ações* e *operações de câmbio*. Analisando as denominações, podemos depreender que estamos falando de um mercado em que ocorrem as transações de câmbio, ou seja, as trocas de moedas estrangeiras. Nesse caso, especifica-se e ressalta-se a natureza desse tipo de mercado, o mesmo tipo de relação ocorre nas outras unidades mencionadas: uma taxa que é determinada pela alta da inflação ou específica para as transações de câmbio; uma crise que ocorre ou é ocasionada, especificamente, no/pelo sistema de crédito; uma crise que se distingue por ser ocasionada pela perda da credibilidade ou confiança em um determinado tema (país, sistema, ideal, ponto de vista); uma crise que se caracteriza por ser motivada pelo sistema hipotecário e um índice que é determinado de acordo com as variações de preços das ações, criado com o objetivo de indicar essa variação de preços em uma cesta de ações.

Em relação às variantes denominativas das unidades destacadas, *mercado cambial*, *taxa cambial*, *taxa inflacionária*, *índice acionário*, *crise hipotecária* e *operações cambiais*, constatamos que todas estão representadas do ponto de vista funcional e destacam o padrão de especificação do objeto principal e relação intratermo de característica atribuída. Quanto às denominações *crise de confiança* (termo principal) e *crise de credibilidade* (variante denominativa), observamos que há apenas uma alteração sinônima (confiança/ credibilidade), por esse motivo as duas unidades apresentam o mesmo padrão de especificação textual e a mesma relação intratermo – a de natureza.

Na especificação do conceito que se atribui a uma propriedade e a relação intratermo de conceito atribuído encontramos unidades terminológicas *aceleração inflacionária*, *alavancagem financeira*, *arrecadação tributária*, *compensação tributária*, *conversão cambial*, *depreciação cambial*, *desaquecimento econômico*, *estagnação econômica*, *flexibilização monetária*, *flutuação cambial* e *retração econômica*. Conforme já apontado, nesta relação destaca-se o conceito, ou seja, a característica atribuída à faculdade ou propriedade representada pela ação determinada na unidade terminológica *aceleração*, *alavancagem*, *arrecadação*, *compensação*, *conversão*, *depreciação*, *desaquecimento*, *estagnação*, *flexibilização*, *flutuação* e *retração* etc.

Sobre as relações estabelecidas entre esses termos e suas variantes denominativas, destacamos que todos os termos principais da tabela 03 são designados pelo ponto de vista dos atributos internos e evidenciam uma especificação do conceito que se atribui a uma propriedade e uma relação intratermo de conceito atribuído. Por sua vez, suas variantes estão designadas sob o ponto de vista funcional e destacam um padrão de especificação conceitual dos elementos complementários e uma relação intratermo de objeto afetado.

Concebidas pelo ponto de vista relacional/ externo, isto é, a maneira como os elementos que compõem a unidade terminológica se relacionam ao contexto/ambiente externo, temos as seguintes especificações conceituais e relações intratermos representadas em nosso *corpus*: (i) relação de status + especificação da característica atribuída, lugar, lugar + elementos complementários, origem, alcance, alcance + tempo e característica + alcance.

Na especificação do padrão conceitual de status e relação intratermo de status + especificação da característica atribuída temos a unidade terminológica *taxa básica de juros*. Temos, nessa unidade, a especificação do status representada pela *lexia básica* e a característica (*de juros*) atribuída ao termo principal *taxa*.

Para o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Gabriel Leal de Barros, a mudança no perfil da dívida reflete em grande medida a busca do governo por aproveitar mais rapidamente o impacto fiscal favorável da queda da *taxa Selic*. É que, na parcela vinculada à *taxa básica de juros*, as variações definidas pelo Banco Central afetam seu rendimento e, portanto, a carga fiscal do governo. Nesse período de queda de juros, esse impacto é favorável (CTE\_Governo prioriza custo e eleva fatia da dívida ligada à *Selic*\_GRANER; CAMPOS\_2018)

A temporada de previsões para a economia em 2019 começou. Em uma espécie de repetição do ocorrido no início deste ano, as expectativas são cercadas de otimismo. A mais recente pesquisa Focus do Banco Central (BC) estima que o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá 2,5% no próximo ano, em um quadro de inflação domada (alta de 4,12%, abaixo do centro da meta) e a *Selic*, a *taxa básica de juros* da economia, a 7,75%. Mas, também emulando 2018, há uma linha tênue que separa o otimismo de uma eventual frustração (CTE\_Voto de confiança\_DATT\_2018).

Conforme se pode observar no trecho acima, *taxa básica de juros* é empregada como variante de *taxa Selic* e *Selic*. Entretanto, analisando as nuances conceituais dessas unidades, é possível perceber que elas estabelecem distintas relações intratermos. Para comprovar o exposto, apresentamos primeiramente a relação entre o termo principal *Selic* e suas variantes e, posteriormente, o significado dessas unidades de acordo com Dicionário de Economia do Século XXI, de Sandroni (2008).

Tabela 4. padrões conceituais e relações intratermos II

Selic	PDV Funcional	Especificação dos elementos complementários/ relação intratermo de produto
Taxa Selic	PDV Outros	Especificação de diferenciação/ relação intratermo de etiqueta de diferenciação
Taxa básica de juros	PDV relacional/externo	Especificação de status e relação intratermo de status + especificação da característica atribuída

Conforme evidenciado na tabela 4, temos, nas unidades terminológicas apresentadas, três pontos de vista, três padrões diferentes de especificação conceitual e, conseqüentemente, relações intratermos também distintas, o que confirma que não há, neste caso, variantes totalmente equivalentes sinonimicamente, uma vez que destacam visões distintas do conteúdo conceitual. Entretanto, de acordo com o dicionário especializado de Economia, mencionado anteriormente, *taxa básica de juros* pode sim ser utilizada como variante denominativa de *taxa Selic*, mas não de *Selic*. Vide:

*Selic*: iniciais de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, que significa uma forma de registro escritural de débitos e créditos de operações financeiras utilizado pelos Bancos de liquidação de títulos depósitos de cheques etc. A *taxa básica de juros* praticada nestas operações é a *taxa básica de juros* na economia brasileira e fixada pelo Banco Central (SANDRONI, 2008, p. 762).

*Taxa Selic*: é a taxa calculada pelo Banco Central considerando a média das taxas que o governo paga aos bancos que lhe emprestam dinheiro, comprando títulos da dívida interna ou por meio de outros mecanismos. Essa média, denominada Taxa Over-Selic, é utilizada como referência para todas as demais taxas de juros e, por esta razão, é também chamada de *Taxa básica de juros* (SANDRONI, 2008, p. 820).

Destacamos, porém, que há nessa dualidade (*taxa Selic* e *taxa básica de juros*), uma relação de equivalência parcial, uma vez que *taxa básica de juros* se refere à média (Taxa Over-Selic) das taxas que o governo paga aos bancos, ao passo que a *taxa Selic* é aquela feita considerando essa média de taxas. Percebe-se, analisando as nuances conceituais, que há uma relação de inclusão semântica, mas não de equivalência total.

Como especificação e relação intratermo de lugar, temos as unidades *crise nos EUA*, *crise na economia*, *crise na Grécia*, *crise na Europa*, *desequilíbrio na economia*, *banco*. Tanto o padrão de especificação conceitual, quanto às relações intratermos ressaltadas nas unidades terminológicas apresentadas destacam o conceito de lugar: uma crise que se instaurou nos EUA, na Grécia e/ou na Europa, assim como banco que, embora, implicitamente, retome a

ideia de instituição financeira, em geral se refere ao prédio, edifício onde se localiza a instituição enquanto organismo/comércio.

Por outro lado, convém destacar que, quanto às unidades *crise na economia* e *desequilíbrio na economia*, ainda que, morfossintaticamente, *economia* não possa ser considerado como lugar, nesta classificação, considerando os padrões conceituais e a relação entre os termos que compõem a unidade sintagmática, constatamos que a construção *na economia*, nas unidades destacadas, apresenta um comportamento semelhante ao de adjunto adverbial de lugar, assim como nas outras unidades – uma crise/ um desequilíbrio que se instaurou na economia .

Como exemplos de unidades que apresentam uma especificação de padrão conceitual de lugar e uma relação intratermo de lugar + elementos complementários temos *crise no ambiente de crédito*, *crise no mercado de crédito*, *crise no setor imobiliário*, *crise na zona do euro*. Percebe-se, nas unidades apresentadas, uma especificação e relação intratermo que evidenciam o lugar (*ambiente, mercado, setor, zona*) e os elementos complementários desse lugar e não do objeto principal, o que não nos permite classificá-los como característica atribuída. O ambiente/mercado é de crédito, a zona é do euro, o setor é imobiliário. Assim, analisando as informações apresentadas nas unidades depreendemos que se trata de uma crise que se instaurou no ambiente de crédito/ no mercado de crédito/ no setor imobiliário/ na zona do euro.

Como padrão de especificação conceitual e relação intratermo de origem, destacamos as unidades *crise das finanças*, *crise da Grécia*, *crise da dívida europeia*, *crise do câmbio*, *crise do crédito*, *crise do euro*, *crise da Economia*, *crise de hipotecas*. Analisando os termos destacados, pode-se verificar que a relação intratermo evidenciada é a de origem, no sentido de procedência, ou seja, uma crise que: (i) se originou nas finanças; (ii) veio/surgiu/ocorre na Grécia; (iii) se originou no sistema de crédito; (iv) se originou devido à alta do euro; (v) surgiu na economia e uma (vi) crise que se originou no sistema hipotecário.

A respeito das unidades que evidenciam o padrão de especificação conceitual e relação intratermo de alcance, temos como exemplos as unidades *crise global*, *crise mundial*. Entende-se por alcance o sentido de proporção ou amplitude. Dizer que estamos passando por uma *crise global* ou uma *crise mundial* tem um alcance muito maior que uma crise nacional ou mesmo internacional, uma vez que uma crise internacional pode corresponder a dois ou mais países, ao passo que os adjetivos global ou mundial, reforçam uma ideia de totalidade, ou seja, todo o mundo, todo o globo terrestre, todos os países. Já as unidades *crise global de 2008*, *crise mundial de 2008* evidenciam a relação intratermo de alcance + tempo – uma *crise global/crise mundial que ocorreu no ano de 2008* –.

Ainda sob o ponto de vista relacional/externo temos a especificação da caracterização + alcance e a relação intratermo de característica atribuída (*econômica, financeira*) + alcance (*global, mundial*), representada pelas unidades *crise econômica global*, *crise econômica mundial*, *crise financeira global* e *crise financeira mundial*.

Quanto à relação entre os termos principais e as variantes denominativas das unidades apresentadas nessas duas últimas classificações, podemos constatar que, embora não seja um fato recorrente em nossos dados, essas dualidades terminológicas (termo principal e variante) são concebidas de acordo com o mesmo ponto de vista e estabelecem o mesmo tipo de relações intratermos, o que nos permite concebê-las como unidades sinônimas.

Em último lugar, na classificação apresentada temos o ponto de vista outros, que se refere a outras formas de se conceber um objeto ou uma realidade terminológica, sem encaixar-se em nenhum dos outros pontos de vista mencionados. Evidencia-se, nesse caso, a especificação conceitual de diferenciação e, em nossos dados, destacam-se duas relações intratermos: etiqueta de diferenciação e natureza + etiqueta de diferenciação.

Por etiqueta de diferenciação entendemos o rótulo ou característica que diferencia e identifica um determinado elemento em um ambiente ou contexto mais amplo. Assim, temos os termos *taxa Ptax*, *taxa Selic*, *curva DI*, que determinam e identificam qual o tipo de taxa ou curva de juros em destaque.

Por fim, na última categoria apresentada, temos a relação intratermo de natureza + etiqueta de diferenciação, representadas pelas unidades *taxa de câmbio Ptax*, *curva de juros DI*. No caso destas unidades, além da etiqueta de diferenciação *DI* e *Ptax*, ressalta-se, também, a natureza do tipo de objeto destacado ou dos elementos que o compõem, assim temos uma taxa que é utilizada e voltada, unicamente, para as transações de câmbio e uma curva que se refere, apenas, aos cálculos de juros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos constatar no decorrer do texto, embora sejam empregadas, nos textos especializados da Economia, como unidades lexicais sinônimas, a maioria das variantes não podem ser consideradas como equivalentes semanticamente, uma vez que, muito mais que uma variação morfológica e morfossintática, temos, nestas unidades lexicais especializadas, informações conceituais distintas, com padrões de especificações conceituais e relações intertermos também distintos, o que comprova a inexistência de equivalência sinonímica (total).

Consideramos que, ao utilizar unidades distintas para representar um “mesmo conceito”, temos uma motivação cognitiva, por parte do autor/escritor/jornalista, que pode ser causada por distintos fatores e não somente por progressão textual. Uma justificativa possível seria a utilização de variantes um recurso ou tentativa de simplificação da linguagem científica, considerando que embora seja um jornal especializado, grande parte do público leigo tem acesso ao jornal Valor Econômico, ou mesmo às colunas de Economia publicadas em jornais comuns como Folha de S. Paulo, Estadão, entre outros.

Assim, pelo que pudemos comprovar, tanto nesta investigação quanto em pesquisas anteriores, na ocorrência da variação terminológica denominativa há, geralmente, uma intrínseca relação entre fatores linguísticos, pragmáticos e cognitivos. Desse modo, a utilização de variantes terminológicas em um texto representa uma motivação cognitiva do autor que, mesmo inconscientemente, ao utilizar uma variante em detrimento de outra, procura destacar nuances distintas do conteúdo conceitual e, por conseguinte, priorizar uma determinada informação que pode influenciar e contribuir para a compreensão do conceito e construção do conhecimento especializado por parte do leitor.

## REFERÊNCIAS

- ALVES et. al. (2001). *Glossário de Termos Neológicos da Economia*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- ALVES, I. M. (2016). As denominações da crise econômica mundial no entrecruzamento da Economia e da Medicina. *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo, v.18, n.1, p. 43-64.
- ARNT, R. (2016). O ajuste que não houve em 1963. *Valor Econômico*.
- BORBA, F. S. (1996). *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática.
- CABRÉ, M. T. (1999/2005). *La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada.
- CABRÉ, M. T. (2002). Terminología y Lingüística: la teoría de las puertas. *Estudios de Lingüística del Español*. Acesso em: 18 ago. 2021.
- CAMPOS, E. (2008). Fundos de ações captam US\$ 8,4 bilhões na terceira semana de dezembro. *Valor Econômico*.
- COSTA, L.A.; FERNÁNDEZ-SILVA, S. (2018). Análisis de la función cognitiva de la variación denominativa en la Lexicografía brasileña: patrones conceptuales de variación y distancia semántica entre las variantes. *Revista Meta*, v. 63, n.2, p.467-491, 2018.
- FABER, P. et. al. (2006). Process-oriented terminology management in the domain of Coastal Engineering. *Terminology*. Vol. 12 (2), p. 189-213.
- FABER, P. (ed.) (2012). *A cognitive linguistics view of terminology and specialized language*. Berlin & Boston: Mouton de Gruyter.
- FERNÁNDEZ-SILVA, S. (2011). *Variación terminológica y cognición: factores cognitivos en la denominación del concepto especializado*. Barcelona: IULA-TDX.
- FERNÁNDEZ-SILVA, S.; FREIXA, J.; CABRÉ, M. T. (2011). A proposed method for analysing the dynamics of cognition through term variation. *Terminology*. Vol.17 (1), p. 49-74.

- FREIXA, J. (2002). *La variació terminològica: Anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de medi ambient*. Barcelona: IULA.
- FREIXA, J. (2005). Variación terminológica: ¿por qué y para qué? *Meta*. Vol. 50(4): CD-ROM.
- FREIXA, J. (2006). Causes of denominative variation in terminology: A typology proposal. *Terminology*. Vol. 12(1), p. 51-77.
- GRANER, F.; CAMPOS, E. (2018). Governo prioriza custo e eleva fatia da dívida ligada à Selic. *Valor Econômico*.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KAGEURA, K. (2002). *The dynamics of terminology: A descriptive theory of term formation and terminological growth*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- LAMUCCI, S. (2015). Emergentes são especialmente vulneráveis à alta do dólar. *Valor Econômico*.
- MILL, A. (2017). *Tudo o que você precisa saber sobre Economia*. São Paulo: Editora Gente.
- MODALMAIS. (2021). Flipar: saiba como ganhar dinheiro com IPOs. <https://www.modalmais.com.br/blog/flipar-como-ganhar-dinheiro-com-ipo>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- MUNDO EDUCAÇÃO. (2021). OMC — Organização Mundial do Comércio. <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/omc.htm>. Acesso em: 20 ag. 2021.
- SANDRONI, P. (2008). *Dicionário de Economia do Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- TEMMERMAN, R. (2000). *Toward New Ways of Terminology Description: The Sociocognitive Approach*. Amsterdam: John Benjamins.
- WERNER, A. (2018). Perspectiva para as Américas: recuperação mais difícil. *Valor Econômico*.
- WÜSTER, E. (1998). *Introducción a la teoría general de la terminología y a la Lexicografía terminológica*. In: María Teresa Cabré (ed.) Barcelona: IULA-UPF.

Recebido: 27/11/2021

Aceito: 1/2/2022

Publicado: 5/4/2022